

mas tive um contato maior ainda com Augusto Boal, que disse ter bebido muito da Pedagogia do Oprimido para construir o Teatro do Oprimido. Ele foi um diretor fantástico, e também poderia encerrar sua vida de maneira cômoda, no ponto de vista material. Mas preferiu a trincheira e a luta, que era tirar o espectador da solidvidade e colocá-lo como protagonista da sua própria história.

Laura, eu percebo que os Jornalistas Livres é a comunicação do oprimido. É uma rede que diz assim para o cidadão: “Todo mundo pode ser jornalista, até os profissionais”. O Boal falava uma coisa que mexia com o orgulho e a vaidade do ator. Ele dizia para o povo: “Todo mundo pode fazer teatro, até os atores”. O que ele queria dizer é que isso não é propriedade específica de quem especializou, a arte de fazer o teatro é pelo diálogo, assim como a comunicação não pode ser propriedade privada do especialista, e pior, do dono das grandes redes de comunicação.

Quando tem um conflito numa habitação, numa ocupação de moradia de um prédio privado que estava abandonado, a versão da grande mídia é sempre aquela. Coloca a ficha corrida dos líderes, tenta criminalizar o movimento, os trata como violentos e coloca a outra parte, o direito à propriedade privada, como se a Constituição terminasse aí. Vem o Jornalistas Livres e não conversa nem com a liderança, não porque não quer ou não a considera, e também não conversa com o dono da comunidade privada. Resolve falar com as crianças.

Por trás dessa luta cuja que vocês estão vendendo, como se fossem criminosos, aqui está o resultado dessa luta que vocês os tratam como criminosos. Essas crianças que falam da sua própria vida, que estão estudando aqui perto, que frequentam os aparelhos públicos de saúde e sociais aqui perto. Se não fosse essa luta, estariam debaixo da ponte. Essa é uma narrativa a ser disputada. Estou falando isso e me alongando para justificar, acho que um prêmio que leva o nome da Beth Lobo, que tem como pioneiro da luta o Adriano Diogo, não pode jamais ser um prêmio por um prêmio.

Laura, aqui não é um prêmio para dizer: “Parabéns pelo o que você já fez.” Não, eu lamento por não ser isso, você não vai descansar. Este prêmio é para dizer para você e para todas as mulheres que estão aqui, se muito vale o já feito, mais vale o que será feito. Esse prêmio é para dizer: “Laura, continue. Nós, a democracia brasileira, o povo que luta precisa de você e de seus companheiros construindo outra história”. Para encerrar, eu sei qual é a luta que vocês fazem, é para que daqui a 20 anos o Jornalistas Livres não só registre a história, mas dispute a história.

Nossa luta é para que daqui a 20 anos esteja assim na história: “O Brasil teve um golpe e uma mexida, mas o povo conseguiu reverter”. Se não tem Jornalistas Livres e Marcha das Mulheres, o que daqui a 20 anos vamos ler é que esse País é de golpistas mesmo, porque deram e consumaram o golpe. Nós estamos aqui para resistir ao golpe. Que esse prêmio seja uma gota singlea em nossa luta pela democracia e contra a opressão de todas as formas, e contra o golpe e os golpistas que se dão de várias formas todos os dias.

Parabéns Laura e Jornalistas Livres, é uma honra homenageá-los aqui na Assembleia. Muito obrigado.

- É feita a homenagem.

A SRA. LAURA CAPRIGLIONE - Eu queria agradecer imensamente as palavras do deputado João Paulo Rillo, as pessoas que estão aqui e a Mesa. É uma honra muito grande para nós Jornalistas Livres estarmos nesta Casa, recebendo esse prêmio. A Beth Lobo foi minha professora de Ciências Sociais, portanto é uma honra estar aqui recebendo um prêmio que foi proposto por meu amigo Adriano Diogo, um cara que gosto muito e a quem sempre rendo minhas homenagens, pela integridade e coerência dele na luta.

Quería dizer que acho que nós temos mesmo uma grande missão, todos os movimentos sociais aqui. Eu rendo minha homenagem a todos eles, porque são movimentos que conseguiram fazer essa maravilha que é colocar a mulherada num protagonismo inacreditável para quem viveu e acompanha o movimento social há muitos anos. Quer dizer que o que as mulheres estão fazendo hoje no Brasil é impressionante, a grande parte da resistência democrática, quem consegue fazer são as mulheres do Brasil. São essas mulheres que no dia oito de março agora fizeram um dia de luta e resistência, chamando os homens para se unir.

As mulheres são as principais lideranças das ocupações. Vejo aqui tantos companheiros de ocupações. Eram as mulheres que estavam nas escolas ocupadas, lutando contra a reorganização escolar, que pretendia fechar salas de aula, meninas e mulheres de luta que garantem para nós que o dia de amanhã será mais potente ainda. Não só teremos homens de luta, mas um monte de mulheres que hoje em dia se sentem poderosas e empoderadas para enfrentar o machismo e a opressão patriarcal.

Portanto, acho que o Jornalistas Livres tem tudo a ver com essa luta toda, porque estamos falando de visibilizar movimentos sociais que nunca foram visibilizados, movimentos que sempre foram tratados muito mal pela mídia que temos no Brasil. É uma mídia controlada por seis famílias, que sempre tratou os movimentos sociais nessa base que o deputado falou: criminalizando, quando não inviabilizando pura e simplesmente. Foi triste assistirmos a cobertura da grande mídia no grande ato que houve no dia 15 de março contra a reforma da Previdência. Tudo virou um problema de trânsito, não tinha luta. A cidade estava travada. Hoje provavelmente a narrativa vai ser essa mesmo.

Eu acho que essa briga que compramos todos os dias para viabilizar o invisível, para mostrar a luta das mulheres que a grande mídia simplesmente ignora, finge que não vê o heroísmo dessas meninas e mulheres. Acho que é nossa principal luta, e por isso tudo está valendo muito a pena estarmos nessa campanha. Os Jornalistas Livres não recebem nenhum tipo de financiamento, somos apenas voluntários e vivemos disso. Tem alguns Jornalistas Livres aqui que estão fazendo a cobertura disso voluntariamente, porque amam fazer a contranarrativa.

Eu queria agradecer aos meus camaradas e companheiros Jornalistas Livres, a Cátia que estou vendo aqui, todas as mulheres dos movimentos sociais. Vamos para cima, porque não resta outra alternativa. O mundo é nosso, e será melhor se as mulheres forem mais poderosas e influentes nos rumos do País. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE - MARCIA LIA - PT - Esta Presidência concede a palavra à deputada Clélia Gomes, que fará a entrega do Prêmio Beth Lobo à Sra. Roseli de Oliveira, socióloga mestre em Sociologia Urbana e especialista em Saúde Pública.

A SRA. CLÉLIA GOMES - PHS - Boa noite a todos e todas, vou falar da Roseli. Como todos sabem, estou no poder há dois anos. Sou uma mulher que sempre se intitulo como negra, de periferia e matrizes africanas. Assim que entrei nesta Casa eu disse a todos que acreditava e acredito na importância da mulher no poder e nos movimentos. A Dra. Roseli me fez aprender muito mais com essa forma de ensinar, uma mulher que participa dos movimentos sociais, desde a década de 70. É socióloga, participa de movimentos de mulheres no estado de São Paulo, ativista e fundadora de movimentos negros no estado, atuando em várias áreas da sociedade civil. É a primeira coordenadora de políticas para a população negra e indígena. Principalmente para mim, que me intitulo e tenho certeza do que digo, a primeira mãe de santo eleita no País.

Elá representa minha religião, uma mulher digna de receber o Prêmio Beth Lobo. Uma mulher que representa um movimento de uma religião que ainda sofre muito preconceito neste País. Mas tenho certeza que com todos esses nossos movimentos contra a intolerância religiosa, contra todos os tipos de intolerância venceremos. Como disse meu amigo Rillo e minha amiga Marcia Lia, são as mulheres que farão uma diferença em nosso País. São as mulheres que mostrarão que podemos sim viver numa sociedade de igualdade e humanismo. É isso que espero para todos.

Muito obrigada Roseli por ter me ensinado. É uma honra estar aqui falando um pouquinho de você. Muito obrigada por tudo. Gostaria que você viesse aqui receber seu prêmio.

- É feita a homenagem.

A SRA. PRESIDENTE - MARCIA LIA - PT - Esta Presidência concede a palavra à Roseli para que possa fazer os agradecimentos.

A SRA. ROSELI DE OLIVEIRA - Boa noite a todos e todas. Estou emocionadíssima por essa honraria. Ganhar um prêmio com nome de uma socióloga como Beth Lobo não é brincadeira. Quero saudar a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Questões Sociais, agradecer a deputada e irmã de axé Clélia Gomes, a deputada Marcia, o deputado Paulo. Quero saudar minhas companheiras homenageadas também e pedir a bênção à minha mãe de santo Iraci d’Oxum, minha madrinha Cida do Primado de Umbanda e saudar amigos aqui presentes.

Vou roubar um pouquinho do tempo. A religiosidade na minha história sempre entra no plano privado. Quando algumas pessoas perguntam de que tempo eu sou, digo que venho da década de 70. Quero saudar minhas tias que estão lá no fundo, muito obrigada pela presença de ambas. A religiosidade sempre foi uma questão de natureza privada, mas hoje fiz questão de vir paramentada com o traje tradicional das religiões de matriz africana e afro-brasileira, por uma questão concreta. Eu venho da década de 70 e dos movimentos sociais, sou fundadora do Grupo Negro da PUC-SP ao final da década de 70.

Quando tratávamos de racismo algumas pessoas nos acusavam, achando que estávamos fazendo uma divisão do movimento dos trabalhadores. Quando estivemos em Petrópolis nas reuniões das mulheres, achavam que nós mulheres negras estaríamos fazendo a divisão sobre a questão das mulheres no Brasil. Isso não aconteceu, muito pelo contrário, desculpe a falta de modéstia, mas acho que o Movimento de Mulheres Negras empoderou, mas trouxe vitalidade para as lutas sociais. Penso que se as especificidades não forem tratadas, nossa cidadania estará restringida a de todos. Se as singularidades humanas, sejam elas de natureza de gêneros ou questão geracional, seja a questão da deficiência e especialmente hoje, falando da questão da intolerância religiosa.

Nós estamos vivendo um momento de repressão ao Estado laico. Nós temos hoje bancadas organizadas em criar legislação para ferir as religiões de matriz africana. Então estou aqui e vim paramentada para fazer esse enfrentamento. Saiu do fórum pessoal e interno para se transformar também numa luta política, que já faço parte. Fui a primeira coordenadora do Fórum Inter-religioso para uma Cultura de Paz e Liberdade de Crença do Estado de São Paulo.

Coordenei isso e depois, por outras questões, em cargo e comissão, você está sempre de plantão, às vezes 24 horas, seis meses, quatro anos dependendo, coordenei esse fórum em que nossa luta era o Estado laico e o respeito às diferenças.

Hoje paramentada venho de dois momentos específicos que a cidade e o estado de São Paulo vivenciam. Um especificamente uma lalorixá, no aeroporto, foi humilhada por estar paramentada com seus instrumentos de sua religião. Foi ofendida e desmoralizada aqui em nosso aeroporto. Não viajou, não pôde fazer a sua viagem, porque estava paramentada. É muito comum exigir que tiremos nossos turbantes, nossas correntes, como se isso ofendesse a segurança ou gerasse algum problema.

E no interior do estado há campanhas promovidas por bancadas, chamando inclusive médicos veterinários para fazerem parte, dizendo que promovemos matança. Primeiro que não somos frigoríficos, então não promovemos matança, nós fazemos a sacralização de animais. Esse alimento que faz parte do nosso ritual é distribuído entre nós. Então não admitimos mais ser chamados de macumbeiros, não admitimos mais que digam que promovemos matança, não admitimos sermos desrespeitados nas ruas com pedradas ou palavras. Não admitimos mais grupos religiosos, principalmente os neopentecostais que vêm às nossas portas gritar e ofender. Esses não permitem que nosso culto se realize de forma respeitosa e plena.

Olhando para a coronel, que não pude estar lá na sua posse, mas a Polícia Militar tem que nos garantir essa condição de realização. Não é possível, nós termos chamado e às vezes, encontramos abafar a situação. Então hoje o estado de São Paulo, e falo isso porque estive na minha gestão como coordenadora estadual de políticas para a população negra e indígena, criamos a Lei 14.187. Essa lei pune administrativamente todos os atos de discriminação no estado de São Paulo. É uma lei que está sendo copiada em tantos outros estados.

Não queremos que abafe mais. A hora que venho paramentada estou pronta para uma guerra, estou pronta para enfrentar essa discussão de forma plena. Não estarei mais como civil, num terno ou tailleur, mas estarei paramentada para dizer que exijo respeito porque sou uma cidadã que cumpro meus direitos, tenho meus deveres e principalmente quero um Estado democrático, justo, equânime e livre. Livre como jornalistas, forte e firme como a marcha, como tantos outros exemplos que tivemos aqui, como a nossa grande mestra que está ali observando, a nossa Clara.

Então é disso que estamos falando, do respeito às diferenças e singularidades humanas. O povo religioso e o candomblé trouxeram para a história do Brasil alguns princípios que hoje são tratados como questão diferencial, como por exemplo, a sustentabilidade humana. Hoje as pessoas falam de sustentabilidade como se fosse um princípio novo, e isso está dado dentro de nossas religiões. Falam em liberdade e isso está dado dentro de nossas religiões. Falam em respeito às diferenças e isso está dado dentro de nossas religiões. Faz parte, é do cotidiano. A divisão fraterna e comunitária é princípio da nossa religião.

Nós, humildemente, colocando agora, temos muito para oferecer para o conjunto da sociedade se formos respeitados como devemos ser. É só isso para esta noite, muito obrigada por este momento. Estou vendo meu tio representando meu pai ali atrás. Muito obrigada a todos vocês.

A SRA. PRESIDENTE - MARCIA LIA - PT - Neste momento eu quero agradecer a presença de todas as pessoas que puderam prestigiar essa premiação Beth Lobo. Dizer da importância deste momento para esta Casa, agradecer a presença do meu companheiro - Dr. Nicolino, muito obrigada por ter me acompanhado de Araraquara até aqui.

Esgotado o objeto da presente sessão a Presidência agradece a todos, minha equipe, aos funcionários dos serviços de Som, de Taquiografia, de Atas, do Cerimonial, da Imprensa da Casa, da TV Assembleia, e a todos que com suas presenças colaboraram para o êxito e beleza desta solenidade. Uma boa noite a todos.

Está encerrada a presente sessão.

- Encerra-se a sessão às 21 horas e 11 minutos.

10 DE ABRIL DE 2017 43ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: CORONEL TELHADA e JOOJI HATO
Secretário: WELSON GASPARINI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca sessões solenes: em 28/04, às 20 horas, para "Homenagem ao brasileiro Francisco Cândido Xavier - Celebrando Chico Xavier e sua Obra", por determinação do presidente Caúê Macris; e em 15/05, às 10 horas, com a finalidade de realizar "Homenagem, com a outorga do Colar de Honra ao Mérito Legislativo, ao Sr. Marcos Antônio Pinto de Moraes", por solicitação do deputado Gil Lancaster. 2 - WELSON GASPARINI Faz elogios à atuação do secretário de Estado da Segurança Pública, Máximo Alves Barbosa Filho. Agradece seu envolvimento com os problemas de Ribeirão Preto. Desaprova o excesso de partidos políticos existentes, a seu ver, no Brasil. Lamenta a possibilidade de registro de novas legendas. Defende a execução de uma reforma política que tenha princípios claros e favoráveis ao povo. Reprova a corrupção.

3 - CORONEL CAMILO

Mostra vídeo com reportagem sobre mortes de policiais militares brasileiros. Apresenta informações acerca da restrição de direitos trabalhistas e riscos de vida enfrentados por esses profissionais no estado de São Paulo. Lista dados a respeito da qualidade do trabalho realizado pela Polícia Militar. Critica a ausência de reposição e reajuste salarial dos PMS. Mostra foto de policiais fazendo atendimento urgente de parto.

4 - CARLOS GIANNAZI

Anuncia a presença de Sandra Tereza Paiva Miranda, presidente da Associação Paulista dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, e Ismael Nery Palhares Junior, presidente da Aprofem, os quais cumprimenta. Relata debate, realizado por esses líderes, acerca da reforma da Previdência Social, a qual critica. Informa a realização de paralisação nacional no dia 28/04. Reprova a atuação do presidente Michel Temer e de ministros ligados a casos de corrupção no governo federal. Manifesta-se contra o beneficiamento do setor financeiro e empresarial em detrimento da população.

5 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

6 - CORONEL TELHADA

Desaprova a realização de velório de criminoso, morto durante tentativa de fuga após roubo a caixas eletrônicos, no prédio da prefeitura de Sandovalina. Informa que ele era parente da prefeita da cidade. Mostra fotos da ocorrência. Acentua que, a seu ver, o espaço público somente deve ser cedido para velar corpos de pessoas que atuaram em favor da comunidade local.

7 - CORONEL TELHADA

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de legendas.

8 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 11/04, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a sessão solene a realizar-se hoje, às 20 horas, para "Homenagem ao Regimento de Polícia Montada 9 de Julho - Cavalaria". Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Welson Gasparini para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - WELSON GASPARINI - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esta Presidência, nos termos do Art. 18, inciso I, letra "r", do Regimento Interno, convoca V. Exas. para uma sessão solene a realizar-se no dia 28 de abril de 2017, às 20 horas, em homenagem ao brasileiro Francisco Cândido Xavier, celebrando "Chico Xavier e sua obra".

Esta Presidência, atendendo solicitação do nobre deputado Gil Lancaster, convoca V. Exas., nos termos do Art.18, inciso I, letra 'r', do Regimento Interno, para uma sessão solene a realizar-se no dia 15 de maio de 2017, às 10 horas, com a finalidade de homenagear com a outorga do Colar de Honra ao Mérito Legislativo o Sr. Marco Antonio Pinto de Moraes.

Tem a palavra o primeiro orador inscrito para falar no Pequeno Expediente nobre deputado Tamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini.

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB - Exmo. Sr. Presidente deputado Coronel Telhada, presidindo os trabalhos no dia de hoje; Sras. Deputadas, Srs. Deputados; quero registrar uma homenagem ao governador Geraldo Alckmin pela sábia escolha do secretário de Segurança Pública Dr. Máximo Alves, ora realizando um grande trabalho nesta importante área.

Hoje pela manhã levamos ao secretário Dr. Máximo uma comissão de vereadores da cidade de Ribeirão Preto trazendo várias reivindicações, principalmente informações a S. Exa. sobre a situação da Segurança Pública naquela cidade e região..

Fomos muito bem atendidos pelo secretário que, inclusive, em breve irá visitar Ribeirão Preto e ali, conversando com as nossas autoridades, nossas lideranças, tenho certeza de importantes deliberações para Ribeirão Preto e toda a sua região metropolitana.

Mas, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje tomamos conhecimento pelo "Folha de S. Paulo" de uma situação incrível, mas é a realidade no campo político nacional.

Hoje, a Nação brasileira tem 35 partidos oficiais.Vejam o mais grave: no Tribunal Superior Eleitoral há mais 56 pedidos de registros para novos partidos. Se todos esses pedidos forem atendidos, o Brasil passará a ter 91 partidos políticos.

Já no passado um grande líder falou que o Brasil não era um país sério e isso nos revoltou.

Mas, meu Deus do céu, pode-se prever a possibilidade de o Brasil, no campo político, ter 91 partidos?! Trinta e cinco já é muito! Não há necessidade de tudo isso não! E o povo, com razão, está esperando por parte da classe política, dos bons políticos, uma reforma política e partidária no País, reduzindo o número de partidos políticos, definindo claramente o que cada partido defende, quais as suas ideias, quais os programas daqueles políticos naquela filiação partidária.

Mais uma vez eu renovo, desta tribuna, um apelo a todos os políticos de boa vontade e que sejam realmente pessoas bem-intencionadas: vamos reagir e buscar uma reforma política e partidária capaz de permitir uma mudança muito grande nas nossas leis, na nossa Constituição, de tal forma que o Brasil melhor possa caminhar na busca do seu desenvolvimento econômico e social.

Brevemente nós teremos, se Deus quiser, um pronunciamento, através do voto, do Senado e da Câmara Federal, mas esperamos, efetivamente, esse posicionamento dos nossos líderes nacionais em favor do povo; não em benefício deles. É triste dizer, parece que até o presente momento tudo está se encaminhando para reformas políticas e partidárias que vão transformar de uma vez por todas este País no clima político de uma porcaria. É triste falar, mas é a realidade.

Como é possível um país com 35 partidos políticos e mais 56 com possibilidade de registro? Isso é um absurdo. O povo está esperando uma atitude séria dos seus representantes. Hoje, temos, inclusive, mensagens que saem através da imprensa e mesmo diretamente de companhias relacionadas à opinião pública dizendo que, na classe política, ninguém presta, mas não é assim.

Há gente boa na política, embora eu concorde que, infelizmente, grande parte não preste.. Tenho dito isso nesta tribuna, é o meu ponto de vista. Agora, eu pergunto: quem votou nessas pessoas que não prestam? Falam que há ladrões, malandros e corruptos na política, mas quem votou neles? Porque a nossa Justiça não é capaz de rapidamente tomar uma posição e tirar essas pessoas do poder político nos nossos parlamentos e no Executivo?

São bilhões de reais realmente sendo roubados; deveriam ir para a Educação e para a Saúde, mas vão para o bolso de espertalhões. No caso do Mensalão, a Justiça demorou 12 anos para dizer quem era culpado e quem era inocente. Vamos dar velocidade a essas decisões. O lugar de quem não presta, é ladrão ou é corrupto não é no parlamento ou em cargos públicos; é na cadeia. É para as penitenciárias que essa gente tem de ir o mais rápido possível!

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alzug. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Alepp, boa tarde. Vamos falar hoje de uma situação gravíssima, que é o risco de morte do policial brasileiro. Gostaria que fosse apresentado um vídeo de hoje sobre esse fato grave que acontece no Brasil.

- É feita a apresentação do vídeo.

Agora, quero mostrar para você que nos acompanha a situação de São Paulo. Para isso nós vamos conversar um pouco e mostrar alguns dados do estado de São Paulo.

Vou pedir para a nossa assessoria colocar outra transparência que nós fizemos para falar sobre a situação de São Paulo, que não é muito diferente da situação brasileira.

Primeiramente, o risco do policial militar de São Paulo morrer em relação ao cidadão comum é seis vezes maior. E isso não é a Polícia que está falando. Quem está falando isso é o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com dados de uma pesquisa feita em 2015.

O policial de São Paulo ainda morre durante o atendimento de alguma ocorrência. Ele vai ao local para salvar o cidadão, sabe que pode ser processado e não vai ter nem assistência jurídica, mas ele acaba indo cumprir o seu dever; e às vezes alguns deles acabam morrendo em serviço.

O policial de São Paulo também morre nas horas de folga. Aliás, morre mais nas horas de folga do que em serviço, porque em serviço ele está com o apoio dos companheiros, está fardado, está com armamento e nas horas de folga muitas vezes está mais desprotegido, é pego de surpresa por alguém que quer roubar a sua motocicleta, ou vai praticar um assalto e ele vai intervir.

O nosso policial de São Paulo também morre só por ser policial, só por ser identificado como policial. Então, ele corre um risco muito grande, assim como também o policial do Rio de Janeiro, que na realidade é um reflexo do nosso Brasil.

Outra informação importante: a sociedade exige muito desse homem, dessa mulher que decide entrar na Polícia brasileira e na Polícia de São Paulo. Vamos ver alguns dados: tem uma decisão tomada, na semana próxima passada, pelo Supremo Tribunal Federal, reafirmando a proibição dos profissionais de Segurança Pública - as Polícias - de fazerem greve. Eles têm restrição a esse direito que todo mundo tem; eles não podem nem mesmo se manifestar.

Outra questão é que os policiais militares, especificamente, estão sujeitos ao Código Penal Militar. Portanto, além do Código Penal comum, tem o Código Penal Militar, que também é rígido. Há, inclusive, tipificação de crimes que não existe no Código Penal Civil. Mais um problema: os nossos policiais são sujeitos a um regime disciplinar forte; a própria sociedade assim exige.

E para aqueles que criticam o regime disciplinar da Polícia Militar do Estado de São Paulo, a Lei nº 893, tornou-se mais rígida ao passar aqui pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. O nosso regime disciplinar era mais brando. Quando chegou aqui, tornou-se mais exigente, em relação ao policial, porque a sociedade exigiu isso; então, o policial militar está sujeito a um regime forte.

O nosso policial militar está sujeito também a mais um Tribunal. Além do Tribunal de Justiça comum, o policial militar está sujeito ao Tribunal de Justiça Militar, que conhece o serviço e que é muito rigoroso.

Além disso, o nosso policial, assim que entra na carreira, seja na academia, seja como soldado, ele faz um compromisso de defender o cidadão com o risco da própria morte.

Vamos ver alguns números, só para mostrar que isso não é retórica, mas que de fato acontece. Os números de 2013 a 2017, só para exemplificar - e já digo para você que isso está no site da Polícia Militar - de 2013 para trás a situação era ainda pior. Em 2013, morreram 20 policiais em serviço e 54 morreram fora de serviço; em 2014, morreram 14 policiais em serviço e 61 fora de serviço; em 2015, morreram 13 policiais em serviço e 38 fora de serviço; em 2016, morreram 18 policiais em serviço e 36 fora de serviço; e agora - só neste ano - perdemos um policial nesta semana em serviço. Perdemos também cinco policiais fora de serviço - lembrando que em 2017 só estão computados os números até março.

Isso é para mostrar que quando se fala que o policial se compromete com o cidadão de São Paulo com o risco da própria vida não é mera retórica; isso de fato acontece e os números provam isso.